

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LEONARDO DE ABREU

**OS MAIORES CLUBES DE FUTEBOL DO BRASIL: UMA ANÁLISE DA
ADERÊNCIA À ITG 2003**

**FLORIANÓPOLIS
2017**

LEONARDO DE ABREU

**OS MAIORES CLUBES DE FUTEBOL DO BRASIL: UMA ANÁLISE DA
ADERÊNCIA À ITG 2003**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina, como parte das exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Dr. Irineu Afonso Frey.

**FLORIANÓPOLIS
2017**

LEONARDO DE ABREU

**OS MAIORES CLUBES DE FUTEBOL DO BRASIL: UMA ANÁLISE DA
ADERÊNCIA À ITG 2003**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis e aprovada em sua forma final pelo Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 17 de outubro de 2017.

Prof. Dr. Fernando Richartz
Coordenador de Monografia

Banca examinadora:

Prof. Dr. Irineu Afonso Frey
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Profª. Drª. Suliane Rover
Universidade Federal de Santa Catarina

Monique Cristiane de Oliveira
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Agradeço, especialmente, a minha namorada Julia por toda atenção, carinho e dedicação. Também ao meu avô Getúlio e minha avó Maria, que fazem de tudo para que as coisas deem certo. Por fim, ao professor Irineu Frey, pela orientação nesta pesquisa.

RESUMO

DE ABREU, Leonardo. **Os maiores clubes de futebol do Brasil:** uma análise da aderência à ITG 2003. 2017, 33p. Monografia (Curso de Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC.

Este trabalho tem por objetivo analisar se os grandes clubes de futebol do Brasil têm praticado ou não tratamentos contábeis adequados à normativa contábil vigente. A pesquisa estimula a discussão a respeito da atualização, pelas autoridades contábeis, da resolução exclusiva às entidades desportivas, criada principalmente em função do desporto futebol. Na fundamentação teórica utilizou-se a NBC 10.13 e sua sucessora, ITG 2003, além das Leis n. 11.638/07 e n. 11.941/09. Utilizou-se também de pesquisas similares à construção deste estudo. Para cada quesito analisado buscou-se em estudos anteriores um embasamento que apoiasse a evolução desta pesquisa. A análise é composta pelas doze equipes de maior receita do país e compreende um estudo descritivo-documental, pois se realizou a interpretação, análise e comparação dos dados coletados. A análise possui abordagem qualitativa, pois se buscou entender e explicar o tema estudado. Os resultados demonstram que, com a atualização da norma contábil em 2013, os clubes ainda encontram dificuldades em evidenciar os registros contábeis. Mesmo que a divulgação das demonstrações obrigatórias seja realizada quase absolutamente pelo grupo analisado, os gestores ainda aplicam tratamentos divergentes do disposto em normativa contábil, omitindo informações significativas. A má estruturação das notas explicativas exigidas também revela a dificuldade das equipes em se adequar à resolução vigente, haja vista que a não padronização no momento da divulgação dificulta a constatação de adequação ou não dos aspectos analisados.

Palavras-chave: evidenciação, entidades desportivas, ITG 2003.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Receitas dos clubes analisados, em 2015	12
Tabela 2 – <i>Checklist</i> de verificação da adequação ou não à ITG 2003	13
Tabela 3 – Demonstrações Contábeis obrigatórias	20
Tabela 4 – Segregação das receitas, custos e despesas	21
Tabela 5 – Separação das receitas em contas específicas	23
Tabela 6 – Gasto com formação de atletas	24
Tabela 7 – Itens mínimos a constarem nas notas explicativas	25
Tabela 8 – Grau de conformidade à norma contábil vigente	27
Tabela 9 – Grau de endividamento dos clubes, em 2015	30

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	TEMA E PROBLEMA	9
1.2	OBJETIVOS DE PESQUISA	10
1.2.1	Objetivo Geral	10
1.2.2	Objetivos Específicos	10
1.3	JUSTIFICATIVA	11
1.4	METODOLOGIA DA PESQUISA	11
1.4.1	Enquadramento da Pesquisa	11
1.4.2	Instrumentos Utilizados	12
1.4.3	Procedimentos Metodológicos	13
1.5	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	15
1.6	ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	NORMAS CONTÁBEIS RELATIVAS AO TRATAMENTO CONTÁBIL DADO ÀS ENTIDADES DE FUTEBOL	16
2.1.1	Demonstrações Contábeis Obrigatórias	17
2.1.2	Demonstração do Resultado e Segregação das Receitas	17
2.1.3	Gasto com Formação de Atletas	18
2.1.4	Notas Explicativas	18
2.2	EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL	19
3	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	20
3.1	APRESENTAÇÃO DOS DADOS	20
3.1.1	Demonstrações Contábeis Obrigatórias	20
3.1.2	Separação das Receitas, Custos e Despesas do Desporto Futebol e Demais, e Segregação da Receita em Contas Específicas	21
3.1.3	Tratamento dado ao Gasto com Formação de Atletas	24
3.1.4	Itens Exigidos nas Notas Explicativas	25
3.2	ANÁLISE DOS RESULTADOS	27
3.2.1	Análise por Estado	28
3.2.2	Análise por Endividamento	29

4	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	31
4.1	QUANTO AO PROBLEMA DA PESQUISA	31
4.2	QUANTO AOS OBJETIVOS DA PESQUISA	31
4.3	RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS	32
	REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

O futebol, reconhecidamente, consolidou-se como paixão nacional, envolvendo multidões em diversas partes do Brasil. O desporto atualmente movimenta quantias surreais se comparadas à situação socioeconômica do país. Também oferece, além de entretenimento aos envolvidos, prosperidade às cidades com grandes clubes – chegando a alavancar o Produto Interno Bruto (PIB) das regiões (DE SOUZA, 2013).

Em paralelo aos torcedores aficionados, Investidores e Estado são outros agentes devidamente atentos à realidade econômica das entidades desportivas. Tal fato é sustentado porque o futebol configurou-se como um dos negócios de maior arrecadação do país. A incidência tributária sobre esses valores é proporcional, e, consequentemente, o endividamento tributário também. Em relatório publicado, DANIEL (2015) apurou um endividamento total de R\$ 5,36 bilhões em 2014, somando apenas os doze clubes de maior receita do país. Um aumento de quase 15%, se comparado a 2013 – R\$ 4,65 bilhões.

1.1 TEMA E PROBLEMA

A constante dificuldade em divulgar suas informações financeiras não impede que os clubes brasileiros sigam chamando a atenção de investidores motivados em explorar economicamente o mercado do futebol brasileiro. Rezende e Custódio (2012) reconhecem que os interessados necessitam de informações para avaliar oportunidades econômicas e a situação patrimonial dos clubes brasileiros, a partir de dados contábeis publicados por estas entidades.

Os principais clubes brasileiros, segundo Pacheco et al. (2013), sempre encontraram dificuldades para se adequar às normas vigentes. Mesmo com o advento de norma específica para entidades desportivas - Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T) 10.13, publicada em 2004 - “[...] os clubes da primeira divisão do futebol brasileiro praticavam tratamentos distintos para fatos comuns, como é o caso dos direitos econômicos de atletas profissionais” (FERNANDES; ROKEMBACHE; RICARTE, 2015, p. 40).

Rezende e Custódio (2012) se basearam na observância da NBC T 10.13, que prevaleceu como legislação vigente aos clubes de futebol e demais entidades desportivas até o fim de 2012. A partir de 2013 entrou em vigor a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2003 - Entidade Desportiva Profissional, norma exclusiva para as entidades desportivas que

especifica o tratamento contábil a ser adotado por essas instituições, ou seja, atualiza a NBC T já citada. Fernandes, Rokembache e Ricarte (2015) concluíram que, com a ITG 2003, buscou-se convergir à nova visão contábil global de essência sob a forma, acompanhando o IFRS.

Nesse contexto, a questão de pesquisa que direcionou o estudo é: qual foi a aderência dos grandes clubes brasileiros, em 2015, aos requisitos estabelecidos às entidades desportivas na ITG 2003?

1.2 OBJETIVOS DE PESQUISA

A seguir serão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos necessários para a elaboração do trabalho.

1.2.1 Objetivo Geral

O presente trabalho tem por objetivo verificar se os clubes de futebol de maior receita do país têm praticado tratamentos contábeis adequados à normativa contábil vigente.

1.2.2 Objetivos Específicos

De acordo com o objetivo geral, pretende-se explorar os seguintes objetivos específicos, a fim de:

- Identificar se as Demonstrações Contábeis obrigatórias foram divulgadas pelos clubes de futebol;
- Verificar se os clubes analisados segregaram corretamente as receitas, custos e despesas entre o futebol e as demais atividades, e se as receitas foram divididas corretamente em contas estabelecidas pela norma contábil;
- Averiguar se os Gastos com Formação de Atletas tiveram tratamento adequado a resolução vigente;
- Verificar se os itens minimamente exigidos nas Notas Explicativas foram divulgados; e

- Analisar o grau de aderência de divulgação dos clubes de futebol em relação as Unidades Federativas a que pertencem e ao endividamento existente naquele ano.

1.3 JUSTIFICATIVA

A escolha do tema se justifica pela relevância e necessidade de se discutir a evidenciação contábil dos clubes de futebol, entidades que movimentam quantias financeiras consideráveis e correspondem a uma fatia representativa do PIB nacional.

Além disso, o grau de endividamento dos maiores clubes do país também alcança valores consideráveis, e se torna necessário verificar se há correta divulgação dos registros contábeis, tendo como base norma contábil exclusiva a esse nicho.

No contexto social o trabalho se justifica porque procura apresentar à sociedade, que na maior parte investe de alguma forma nos clubes de futebol, se há clareza e transparência nas informações contábeis a serem apresentadas.

No contexto empresarial o trabalho apresenta sua valia ao fornecer informações relevantes a quaisquer usuários externos que buscam os clubes de futebol para investir de maneira direta, buscando em contrapartida a visibilidade que o esporte proporciona, mas que procuram também por transparência e correta divulgação das informações contábeis.

Já no contexto acadêmico, permite que haja obtenção de informações sobre uma área de pesquisa ainda pouco explorada, mas que oferece outras diversas possibilidades de pesquisa em temas específicos naquilo que os clubes de futebol deveriam divulgar.

1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste tópico será apresentada a metodologia empregada na pesquisa, dividindo-se entre o enquadramento do estudo, os instrumentos utilizados e os procedimentos metodológicos aplicados.

1.4.1 Enquadramento da Pesquisa

Gil (2006) afirma que a pesquisa documental se aproxima muito da pesquisa bibliográfica, sendo que a única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Define-se que o delineamento documental trata de materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. O mesmo autor ainda corrobora que as pesquisas descritivas visam identificar a descrição das características de determinada população ou fenômeno.

A pesquisa dispõe, à vista disso, caráter descritivo-documental, pois foram utilizadas as informações já apresentadas pelos clubes de futebol, sem alterações, realizando a interpretação, análise e comparação dos dados coletados.

A abordagem de pesquisa é qualitativa, uma vez que se buscou compreender e explicar de maneira mais ampla o tema estudado.

1.4.2 Instrumentos Utilizados

Os doze clubes de maior receita do país compõem o extrato estudado, por meio de seus demonstrativos contábeis publicados.

Tabela 1 – Receitas dos clubes analisados, em 2015

Clube	Receitas do futebol (em reais mil)	Clube	Receitas do futebol (em reais mil)
Atlético-MG	226.360	Grêmio-RS	177.083
Botafogo-RJ	113.866	Internacional-RS	297.110
Corinthians-SP	269.619	Palmeiras-RS	295.539
Cruzeiro-MG	345.039	São Paulo-SP	275.306
Flamengo-RJ	308.730	Santos-SP	133.631
Fluminense-RJ	180.320	Vasco-RJ	165.405

Fonte: Dados da pesquisa

Todos, com exceção ao Botafogo Futebol e Regatas, fizeram, em 2015, parte da primeira divisão do campeonato nacional, organizada pela Confederação Brasileira de Futebol

(CBF), na qual, desde 2006, participam vinte clubes. As demonstrações foram obtidas no *site* oficial de cada clube, na maioria em *links* de fácil acesso.

O modelo de análise foi estruturado a partir das disposições e orientações apresentadas na ITG 2003, norma sucessora à NBC 10.13.

1.4.3 Procedimentos Metodológicos

Com o intuito de verificar a adequação dos clubes à norma dividiu-se a análise em dois níveis, sendo que fizeram parte do primeiro nível dos itens da análise das demonstrações averiguar se houve adequação aos eventos dispostos abaixo:

Tabela 2 – *Checklist* de verificação da adequação ou não à ITG 2003

Item	Descrição	Pontuação
1	Demonstrações Contábeis obrigatórias aos clubes de futebol	20,00%
1a	Balanço Patrimonial	3,33%
1b	Demonstração do Resultado	3,33%
1c	Demonstração do Resultado Abrangente	3,33%
1d	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	3,33%
1e	Demonstração dos Fluxos de Caixa	3,33%
1f	Notas Explicativas	3,33%
2	Receitas, Custos e Despesas segregadas entre futebol e demais atividades	20,00%
2a	Receitas	6,67%
2b	Custos	6,67%
2c	Despesas	6,67%
3	Segregação das Receitas em subcontas específicas	20,00%
3a	Receitas de Bilheteria	3,33%
3b	Direito de Transmissão e de Imagem	3,33%
3c	Patrocínio	3,33%
3d	Publicidade	3,33%
3e	Luvas	3,33%
3f	Outras assemelhadas	3,33%
4	Gastos com formação de atletas	20,00%
4a	Registrar os gastos em conta do Intangível	6,67%
4b	Dividir em categorias "Infantil", "Juvenil" e "Júnior"	6,67%
4c	Divulgar movimentação mensal com apropriação dos gastos	6,67%
5	Notas Explicativas minimamente exigidas	20,00%
5a	Gastos com formação de atletas	2,50%
5b	Composição dos direitos sobre atletas	2,50%

5c	Receitas obtidas por atleta e os gastos correspondentes	2,50%
5d	Total de atletas vinculado à entidade na data base da divulgação	2,50%
5e	Valores de direitos e obrigações com entidades estrangeiras	2,50%
5f	Direitos e obrigações contratuais não-passíveis de registro contábil	2,50%
5g	Contingências ativas e passivas	2,50%
5h	Seguros contratados para os atletas profissionais e demais ativos	2,50%

Fonte: Dados da Pesquisa

No segundo nível, após a verificação de adequação ou não, atribuiu-se para cada item analisado pontuação positiva para aqueles adequados e nula para não adequados. Sendo cinco os itens, cada um representou 20% do total.

No primeiro, que abordou as demonstrações contábeis obrigatórias, cada uma das seis demonstrações contábeis representou 3,33% do total.

No item dois os elementos receitas, custos, e despesas representaram 6,66% do total cada um.

Quanto a segregação das receitas, pertencente ao item três, em outros seis subitens, excluiu-se a “receita com luvas” do quociente, pois nenhum dos doze clubes sinalizou como existente esse tipo de receita. Sendo assim, cada subitem representou 4% do total.

Após, na quarta unidade, a análise foi dividida entre os clubes que “registraram somente os gastos em conta do Intangível, através das notas explicativas”, que “registraram os gastos, além de dividir em "Infantil", "Juvenil" e "Júnior" em conta do Intangível, através das notas explicativas”, e que “registraram os gastos, além de divulgar a movimentação mensal em conta do Intangível, através das notas explicativas”, já que nenhum dos clubes divulgou as informações completamente adequadas à norma contábil vigente. Cada tópico representou 6,66% do total.

Por fim, no item cinco, cada subitem representou 2,86% do total, correspondendo a um sétimo das informações minimamente exigidas aos clubes nas notas explicativas. Não foi avaliado nessa situação o subitem “direitos e obrigações contratuais não-passíveis de registro contábil em relação à atividade desportiva profissional”, já que também não houve sinalização de necessidade deste registro.

Utilizou-se nas análises todas as demonstrações contábeis disponibilizadas pelos clubes de futebol.

1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Nesta seção são apresentadas as delimitações da monografia, buscando evidenciar o que se pretende realizar na pesquisa, como também dimensionar as conclusões que o trabalho permite a partir da metodologia aplicada.

O estudo desta pesquisa documental está delimitado a análise e verificação do nível de adequação dos doze clubes de futebol do país em maior receita. A pesquisa não define como inadequada aquelas informações omitidas ou simplesmente não mencionadas pelos clubes, haja vista que em alguns casos a divulgação não se fez necessária.

Em relação à abordagem aplicada, esta poderá ser utilizada em qualquer clube de futebol profissional, já que todas as equipes devem divulgar suas Demonstrações Contábeis até o último dia útil de abril do ano subsequente.

Cabe ressaltar que a pesquisa também se limitou às Demonstrações Contábeis do ano-exercício de 2015.

1.6 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa foi dividida em quatro capítulos. Este primeiro apresentou o contexto geral, os objetivos gerais e específicos da pesquisa, a justificativa do estudo realizado, a metodologia utilizada – que foi subdividida em três partes: enquadramento da pesquisa, instrumentos utilizados, e procedimentos metodológicos –, e a delimitação. Na sequência, apresenta-se o referencial teórico que envolve o trabalho, abordando as normas contábeis destinadas aos clubes de futebol e a contextualização dos itens analisados. E, por fim, nos terceiro e quarto capítulos, seguem os resultados obtidos na pesquisa e as considerações finais, respectivamente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica apresentada está apoiada nas legislações que regulam ou já regularam as entidades desportivas, e trabalhos similares que sustentam a evolução e o entendimento dos itens analisados.

2.1 NORMAS CONTÁBEIS RELATIVAS AO TRATAMENTO CONTÁBIL DADO ÀS ENTIDADES DE FUTEBOL

A publicação da Lei Nº 9.615, de 24 de março de 1998 – conhecida como Lei Pelé – foi pioneira para que as entidades desportivas de futebol ficassem obrigadas a cumprir diversas exigências, com o intuito de equiparar e aproximar tais às sociedades empresariais. A lei foi editada com finalidade de aperfeiçoar a Lei Nº 8.672/93, chamada popularmente como Lei Zico. Uma das alterações tratadas na lei foi a extinção da figura do passe de atletas de futebol profissional. Fez-se também com que os clubes de futebol divulgassem, obrigatoriamente, seus demonstrativos financeiros com maior conteúdo e clareza.

Ainda assim se fez necessário, especialmente em função do futebol, que fossem regulados procedimentos contábeis específicos às entidades desportivas. Com o objetivo de aumentar a qualidade da evidenciação contábil dos clubes de futebol no Brasil, foi instituída a NBC 10.13, que passou a vigorar em 2004.

Entretanto, mesmo com o esforço dos agentes normativos em padronizar as informações contábeis, permaneceram as constantes assimetrias que tratavam de eventos semelhantes entre as entidades (REZENDE; CUSTODIO, 2012).

Para tanto, a partir de 2013, entrou em vigor a ITG 2003. A norma estabelece procedimentos a serem seguidos pelas entidades desportivas, em especial aos clubes de futebol. Seus objetivos se fixam em estabelecer procedimentos específicos de avaliação, registros contábeis e estruturação das demonstrações financeiras dos clubes, visando alcançar as particularidades que o futebol proporciona no âmbito contábil.

Por suceder a NBC 10.13, há muita semelhança entre as normas. Porém, percebem-se mudanças sensíveis, por exemplo, na destinação do registro dos gastos com formação e de direitos sobre atletas: se a norma anterior designava tal fato ao imobilizado, a norma vigente define que o registro deverá incorporar ou o intangível, ou a conta de despesa – no resultado.

A referida conta representa um dos maiores ativos da entidade, por isso deve-se tal importância.

Posteriormente foi sancionada a Lei Nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, que estabeleceu o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - PROFUT, com o objetivo de promover a gestão transparente e democrática e o equilíbrio financeiro das entidades desportivas profissionais de futebol, e possibilitando inclusive que os clubes aderissem a um parcelamento especial de débitos perante a União.

Buscou-se contextualizar todos os itens definidos para análise a partir de normas e trabalhos similares que abordam o tema, especificamente.

2.1.1 Demonstrações Contábeis Obrigatórias

Com o advento das Leis n. 11.638/07 e n. 11.941/09, as autoridades contábeis revelaram uma dinâmica de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). Através disso, buscando acompanhar a evolução do sistema contábil brasileiro, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) modificou diversas normativas técnicas que abordam assuntos contábeis recorrentes. Com relação às demonstrações contábeis obrigatórias, previstas na TG 26, definiram-se aquelas que deveriam ser elaboradas pelas sociedades empresariais em geral: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas (CFC, 2015).

Baseando-se no item 16 da ITG 2003, pratica-se o mesmo tratamento às entidades de futebol, retirando apenas a Demonstração do Valor Adicionado.

2.1.2 Demonstração do Resultado e Segregação das Receitas

No item 18 da ITG 2003, definiu-se que os clubes deveriam segregar, na demonstração do resultado, as receitas, os custos e as despesas do desporto futebol das demais. Ainda foi estabelecido, pelo item 10, que as receitas de bilheteria (parte destinada a entidade), direito de transmissão e de imagem, patrocínio, publicidade, luvas e outras

assemelhadas devem ser registradas em contas específicas, respeitando o princípio da competência. Àquelas recebidas antecipadamente, o registro se dará no passivo circulante ou no passivo não circulante, conforme o prazo de realização da receita (CFC, 2013).

Souza et al. (2015) constataram, em estudo feito em demonstrações de 2013, que nenhum clube atendeu completamente aos critérios estabelecidos pela norma exclusiva às entidades desportivas em relação a evidenciação da demonstração do resultado e, consequentemente, segregação das receitas. Ressaltaram, na análise, que essa prática errônea pode comprometer a qualidade da informação contábil.

2.1.3 Gasto com Formação de Atletas

O CFC (2013), por meio do item 4 da ITG 2003, define que os valores gastos diretamente relacionados com a formação de atletas devem ser registrados como intangível ou despesa. Ainda, através do item 15, estipula-se que o mínimo a ser divulgado deve obter: a composição dos gastos diretamente relacionados com a formação do atleta com base mensal e regime de competência, por tipo (alojamento, alimentação, transporte, educação, vestuário, comissão técnica, etc.), devendo ser apropriados os gastos diretamente relacionados com a formação do atleta com base mensal e regime de competência, por categoria (infantil, juvenil, juniores); e a emissão de relatório mensal de apropriação de gastos para o resultado e para o intangível.

Rezende e Custódio (2012) aprofundaram o estudo dos problemas nos clubes em atender a legislação vigente à época (NBC T 10.13) em relação à contabilização de atletas, e verificou-se que, dos itens analisados, a maioria dos clubes não detalhou as informações totalmente adequadas à norma, prejudicando a relevância das informações, assim como dificultando a comparabilidade de usuários entretidos.

2.1.4 Notas Explicativas

O item 19 da ITG 2003 aborda os itens mínimos a estarem presentes nas notas explicativas, a fim de complementar as demonstrações contábeis. São eles: gastos com a formação de atletas registrados no ativo intangível e montante amortizado constante do

resultado no exercício; composição dos direitos sobre os atletas, registrados no ativo intangível com a segregação do valor correspondente a gasto e amortização; receitas obtidas por atleta e os seus correspondentes gastos com a negociação e a liberação, devendo ser divulgados os percentuais de participação da entidade na negociação; divulgação total de atletas vinculados à entidade na data base das demonstrações contábeis, contemplando o percentual de direito econômico individual de cada atleta ou a inexistência de direito econômico; valores de direitos e obrigações com entidades estrangeiras; direitos e obrigações contratuais não-passíveis de registro contábil em relação à atividade desportiva profissional; contingências ativas e passivas de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, cível e assemelhadas; e seguros contratados para os atletas profissionais e demais ativos da entidade.

Souza et al. (2015), ao analisarem os itens mínimos exigidos às notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras em 2013, averiguaram uma diversidade de vinte e nove práticas contábeis entre os clubes analisados. Além disso, verificou-se que a maior parte das entidades analisadas divulgou menos da metade dos itens requisitados.

2.2 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL

Para Silva e Carvalho (2009) as discussões quanto aos objetivos da contabilidade estarão sempre visando estabelecer o fornecimento de informações contábeis que auxiliem o seu usuário na tomada de decisões econômicas.

São diversas as formas de evidenciar informações contábeis. As notas explicativas assumiram papel importante desde sua obrigatoriedade de divulgação junto das demais demonstrações contábeis. Seu objetivo, inclusive, é evidenciar as informações que foram apresentadas na estrutura das outras demonstrações. (SILVA; TEIXEIRA; NIYAMA, 2009)

Silva e Carvalho (2009) também constataram que as entidades que melhor divulgam suas informações contábeis eram aquelas que conseguiam melhores resultados no campo e também melhores resultados financeiros. Destacam, por fim, que tais eventos devem ser simultâneos para que o sucesso do clube não seja um acaso, e ainda para que seu desempenho possa ser considerado eficiente e eficaz.

Segal, Prado e Silva (2015) destacam a representatividade dos ativos intangíveis quanto a evidenciação contábil dos clubes de futebol. Os registros de atletas profissionais e amadores necessita, com o advento da ITG 2003, de natureza específica da operação.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

A apresentação dos itens está estruturada da seguinte maneira: quais clubes divulgaram integralmente as demonstrações obrigatórias; qual o tratamento adotado à segregação de receitas, custos e despesas na demonstração do resultado; como as receitas foram segregadas pelas equipes; o registro do gasto com formação de atletas; e se houve divulgação das notas explicativas minimamente exigidas.

3.1.1 Demonstrações Contábeis Obrigatórias

A primeira análise verificou se os clubes de futebol divulgaram todos os demonstrativos estabelecidos pela ITG 2003. Exceto pela demonstração do resultado abrangente (DRA), todos os demais demonstrativos foram divulgados pelos doze clubes no ano analisado.

Tabela 3 – Demonstrações Contábeis obrigatórias

Clube	BP	DRE	DRA	DMPL	DFC	NE
Atlético-MG	√	√	√	√	√	√
Botafogo-RJ	√	√	√	√	√	√
Corinthians-SP	√	√		√	√	√
Cruzeiro-MG	√	√	√	√	√	√
Flamengo-RJ	√	√	*	√	√	√
Fluminense-RJ	√	√	√	√	√	√
Grêmio-RS	√	√	√	√	√	√
Internacional-RS	√	√	√	√	√	√
Palmeiras-RS	√	√	*	√	√	√
São Paulo-SP	√	√	√ **	√	√	√
Santos-SP	√	√	√	√	√	√
Vasco-RJ	√	√		√	√	√

Fonte: Dados da pesquisa

* Flamengo-RJ e Palmeiras-SP informaram através das notas explicativas que não existiram, naquele ano, resultados abrangentes que motivassem a apresentação da demonstração do resultado abrangente.

** São Paulo-SP divulgou seus resultados abrangentes apenas através da demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL)

Corinthians-SP, Flamengo-RJ, Palmeiras-SP e Vasco-RJ não divulgaram a DRA no ano de 2015. Entretanto, Flamengo-RJ e Palmeiras-SP informaram através das notas explicativas que não existiram, naquele ano, resultados abrangentes que motivassem a apresentação da demonstração do resultado abrangente. Corinthians-SP e Vasco-RJ não informaram motivo plausível que isentasse o descumprimento da ITG 2003.

O São Paulo-SP divulgou seus resultados abrangentes apenas através da demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL). O mecanismo é permitido pela Resolução CFC nº 1.185/09 (TG 26), onde se destaca que a demonstração do resultado abrangente pode ser apresentada em quadro demonstrativo próprio ou dentro das mutações do patrimônio líquido (CFC, 2009).

Atlético-MG, Cruzeiro-MG, Fluminense-RJ, Internacional-RS e Santos-SP divulgaram seus resultados abrangentes em quadro separado, conforme também orienta a TG 26.

Por fim, Botafogo-RJ e Grêmio apresentaram a DRA sem resultados abrangentes, ou seja, com o valor final idêntico às respectivas demonstrações do resultado. O clube do Rio de Janeiro ainda utilizou de nota explicativa para informar tal fato.

3.1.2 Separação das Receitas, Custos e Despesas do Desporto Futebol e Demais, e Segregação da Receita em Contas Específicas

O segundo tópico estudado tratou de análises decorrentes da demonstração do resultado (DRE). Inicialmente, verificar-se-á nas equipes analisadas se houve correta segregação entre as variações do desporto futebol e as demais atividades da entidade.

Tabela 4 – Segregação das receitas, custos e despesas

Clube	Receitas	Custos	Despesas
-------	----------	--------	----------

Atlético-MG	Sim	Sim	Não
Botafogo-RJ	Sim	Não	Não
Corinthians-SP	Sim	Não	Sim
Cruzeiro-MG	Sim	Sim	Não
Flamengo-RJ	Sim	Não	Sim
Fluminense-RJ	Não	Sim	Não
Grêmio-RS*	-	-	-
Internacional-RS*	-	-	-
Palmeiras-RS	Sim	Não	Sim
São Paulo-SP	Sim	Não	Sim
Santos-SP	Sim	Sim	Sim
Vasco-RJ	Sim	Não	Sim

Fonte: Dados da pesquisa

*Grêmio-RS e Internacional-RS não citaram outras atividades além do desporto futebol

Os clubes de futebol, em relação a segregação de receita, custos e despesas, mantêm a habitual assimetria de informações divulgadas para eventos semelhantes.

Corinthians-SP, Flamengo-RJ, Palmeiras-SP, São Paulo-SP e Vasco-RJ segregaram receitas e despesas entre o desporto Futebol e as demais atividades da entidade – seja na própria demonstração do resultado ou utilizando as notas explicativas – conforme requisita a ITG 2003. Porém, nenhum dos cinco clubes mencionou custos na demonstração.

Botafogo-RJ e Fluminense-RJ evidenciaram o item de maneira singular. O primeiro segregou as receitas corretamente, mas na demonstração do resultado definiu os custos como exclusivamente do Futebol e as despesas como das demais atividades – tratamento divergente do que estabelece o CFC. Cabe ressaltar que, através de duas notas explicativas, o clube ainda divulgou: a receita corretamente segregada, e o “Resultado por Atividade”, mas com custos e despesas numa mesma conta. Já o Fluminense segregou apenas os custos. Receitas e despesas não foram divulgadas em consonância à resolução.

Os dois clubes do Rio Grande do Sul, Internacional e Grêmio, divulgaram suas receitas de maneira semelhante: apenas a atividade Futebol gerou receitas, custos e despesas.

Sendo assim, não foi necessário que houvesse segregação entre o desporto e as demais atividades.

Atlético e Cruzeiro, ambos de Minas Gerais, também adotaram tratamentos equivalentes: segregaram apenas receitas e custos.

O Santos-SP foi o único clube dos doze analisados que divulgou as informações similarmente ao que estabelece a ITG 2003. Segregou, na demonstração do resultado, as receitas, custos e despesas entre o Futebol e as demais atividades.

Outro item relacionado à demonstração do resultado analisado refere-se à segregação das receitas em contas específicas.

Tabela 5 – Separação das receitas em contas específicas

Clube	Receita de Bilheteria	Direito de Transmissão e Imagem	Patrocínio	Publicidade	Luvax	Outras assemelhadas
Atlético-MG	√	√				√
Botafogo-RJ	√	√				√
Corinthians-SP	√	√				√
Cruzeiro-MG	√		√			√
Flamengo-RJ	√	√	√			√
Fluminense-RJ	√	√				√
Grêmio-RS	√	√		√		√
Internacional-RS	√	√	√			√
Palmeiras-RS	√	√				√
São Paulo-SP	√	√				√
Santos-SP	√	√		√		√
Vasco-RJ	√	√		√		√

Fonte: Dados da pesquisa

Dos cinco itens específicos a constarem na demonstração do resultado, apenas “Receita de Bilheteria” foi registrada por todos os doze clubes.

“Direito de Transmissão e Imagem” também esteve presente na maioria das demonstrações, com exceção ao Cruzeiro-MG. O clube mineiro divulgou uma subconta

identificada por “Publicidade e Transmissões de TV” – contemplando, afinal, dois itens que deveriam estar segmentados.

“Patrocínio” e “Publicidade” foram outros registros a gerar divergência entre a divulgação dos clubes e o exposto em lei. Orienta-se, através da resolução, que as receitas citadas sejam divulgadas de maneira separada. Porém, seis clubes demonstraram os dois itens em conjunto: Atlético-MG, Botafogo-RJ, Corinthians-SP, Fluminense-RJ, Palmeiras-SP e São Paulo-SP demonstraram, em 2015, contas como “Publicidade e Patrocínio” ou “Patrocínio/Marketing”. Três clubes - Grêmio-RS, Santos-SP e Vasco-RJ – evidenciaram apenas as receitas com publicidade. Flamengo-RJ, Internacional-RS e Cruzeiro-MG registraram somente ganhos com patrocínio. Em relação ao clube mineiro, o item “Publicidade” foi registrado junto do “Direito de Transmissão e Imagem”, como já citado.

Nenhuma das equipes citou “Receitas com Luva”. No que diz respeito a “Outras assemelhadas”, todos os doze clubes analisados segregaram receitas além das requisitadas, como “Premiação”, “Sócio-Torcedor”, “Loterias/Timemania”, “Incentivos Fiscais”, “Licenciamento e Franquias”, etc.

3.1.3 Tratamento dado ao Gasto com Formação de Atletas

Identifica-se, novamente, a assimetria de registros para eventos equivalentes, entre os clubes.

Tabela 6 – Gasto com formação de atletas

Clubes	Tratamento Adotado
Atlético-MG, Botafogo-RJ, Corinthians-SP, Cruzeiro-MG, Flamengo-RJ, Palmeiras-SP, São Paulo-SP e Vasco-RJ	Registra somente os gastos em conta do intangível, através das notas explicativas
Fluminense-RJ, Grêmio-RS e Santos-SP	Registra os gastos, além de dividir em "Infantil", "Juvenil" e "Júnior" em conta do intangível, através das notas explicativas
Internacional-RS	Registra os gastos, além de divulgar a movimentação mensal em conta do intangível, através das notas explicativas

Fonte: Dados da pesquisa

Nenhuma das equipes analisadas divulgou em 2015, os gastos com formação de atletas integralmente adequados à norma vigente. A norma determina aos clubes registrar os gastos em conta do intangível, além de dividir em categorias e divulgar relatório mensal com a movimentação deste evento.

A maioria – Atlético-MG, Botafogo-RJ, Corinthians-SP, Cruzeiro-MG, Flamengo-RJ, Palmeiras-SP, São Paulo-SP e Vasco-RJ – divulgou o evento de maneira semelhante: registrou-se os gastos em conta do intangível, através das notas explicativas, mas sem dividir entre categorias, nem divulgar relatório com a movimentação mensal. Todos eles corresponderam em parte ao item 15 da ITG 2003.

Fluminense-RJ, Grêmio-RS e Santos-SP formam outro grupo que evidenciou o registro estudado de maneira análoga, além de obter maior proximidade ao requisitado na normativa. Evidenciaram os gastos, além de dividir em "Infantil", "Juvenil" e "Júnior" em conta do intangível, através das notas explicativas, restando somente divulgar relatório com movimentação mensal para que houvesse total simetria ao disposto em lei.

O único dos clubes a registrar os gastos e divulgar a movimentação mensal em conta do intangível, através das notas explicativas, foi o Internacional-RS. Porém, o clube gaúcho não apropriou os gastos por categoria (Infantil, Juvenil e Júnior).

3.1.4 Itens Exigidos nas Notas Explicativas

A resolução do CFC define que, no mínimo, oito itens específicos devem ser divulgados nas notas explicativas.

Tabela 7 - Itens mínimos a constarem nas notas explicativas

Informações mínimas exigidas nas notas explicativas	% de clubes adequados
Gastos com a formação de atletas, registrados no ativo intangível e montante amortizado constante do resultado no exercício	66,67%
Composição dos direitos sobre os atletas, registrados no ativo intangível com a segregação do valor correspondente a gasto e amortização	66,67%
Receitas obtidas por atleta e os seus correspondentes gastos com a negociação e a liberação, devendo ser divulgados os percentuais de participação da entidade na negociação	50,00%

Total de atletas vinculados à entidade na data base das demonstrações contábeis, contemplando o percentual de direito econômico individual de cada atleta ou a inexistência de direito econômico	58,33%
Valores de direitos e obrigações com entidades estrangeiras	75,00%
Direitos e obrigações contratuais não-passíveis de registro contábil em relação à atividade desportiva profissional	0,00%
Contingências ativas e passivas de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, cível e assemelhadas	100,00%
Seguros contratados para os atletas profissionais e demais ativos da entidade	83,33%

Fonte: Dados da pesquisa

Somente em um item, “contingências ativas e passivas de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, cível e assemelhadas”, houve o adequado registro nas demonstrações dos doze clubes analisados.

“Seguros contratados para os atletas profissionais e demais ativos da entidade”, outro item exigido, foi divulgado por dez dos doze clubes analisados. Apenas Internacional-RS e Vasco-RJ não citaram a existência de seguros, conforme requisitado.

O objeto “valores de direitos e obrigações com entidades estrangeiras” esteve presente nas notas explicativas de nove dos doze clubes analisados. Três clubes cariocas - Flamengo-RJ, Fluminense-RJ e Vasco-RJ - não evidenciaram direitos ou obrigações com entidades estrangeiras. Não há como caracterizar o fato como erro, pois há a possibilidade de os clubes não possuírem contas a pagar ou a receber em moeda estrangeira.

Dois outros pontos, relacionados ao gasto com atletas, “gastos com a formação de atletas” e “composição dos direitos sobre os atletas”, dizem respeito ao intangível. Oito dos doze clubes fizeram correto e total tratamento em relação ao disposto na instrução técnica. Os demais - Atlético-MG, Corinthians-SP, Cruzeiro-MG e Vasco-RJ - não divulgaram de maneira íntegra os dois itens exigidos na norma. O Cruzeiro-MG, por exemplo, utilizou a mesma conta para registrar ambas amortizações, da formação de atletas e dos direitos sobre os atletas, divergindo do que estabelece a resolução.

O elemento “total de atletas vinculados à entidade na data base das demonstrações contábeis, contemplando o percentual de direito econômico individual de cada atleta ou a inexistência de direito econômico” esteve presente em sete dos doze clubes, alcançando 58,33% de efetividade na amostra analisada. Atlético-MG, Corinthians-SP, Cruzeiro-MG, Internacional-RS e Vasco-RJ não atenderam completamente ao disposto em lei. O clube

paulista especificou em uma nota ao requisitado neste item, porém não divulgou o percentual de direito econômico de cada atleta, já que registrou uma subconta chamada “Outros”.

As “receitas obtidas por atleta e os seus correspondentes gastos com a negociação e a liberação, devendo ser divulgados os percentuais de participação da entidade na negociação” foram corretamente divulgadas em apenas um clube: Santos-SP. O clube paulista foi o único a demonstrar o objeto analisado em total aderência ao disposto em lei. Outras quatro equipes - Fluminense-RJ, Internacional-RS, Palmeiras-SP e São Paulo-SP - deixaram de divulgar apenas o percentual de participação em negociações das referidas negociações. O Corinthians-SP novamente utilizou da subconta “Outros”, desrespeitando o definido em lei, que cita que as receitas obtidas devem ser demonstradas por atleta.

Por fim, o item que requisitava possíveis “direitos e obrigações contratuais não-passíveis de registro contábil em relação à atividade desportiva profissional” não foi mencionado por nenhum dos clubes nas notas explicativas. Entende-se que as notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e, sendo assim, não há como divulgar o item exigido no demonstrativo. Nos clubes analisado, o a informação constava no Parecer do Conselho de Administração e Relatório de Auditoria.

3.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Fez-se, a partir das informações obtidas, uma análise sobre qual foi a adequação dos clubes à ITG 2003.

Tabela 8 – Grau de conformidade à norma contábil vigente

Clube	% de adequação
Atlético-MG	57,71%
Botafogo-RJ	62,48%
Corinthians-SP	57,24%
Cruzeiro-MG	57,71%
Flamengo-RJ	70,29%
Fluminense-RJ	72,95%
Grêmio-RS	83,62%

Internacional-RS	80,76%
Palmeiras-RS	69,14%
São Paulo-SP	69,14%
Santos-SP	89,33%
Vasco-RJ	55,52%

Fonte: Dados da pesquisa

Partindo dos trabalhos similares encontrados e dispostos no item dois, percebe-se que mesmo com a atualização da norma contábil vigente desde 2013, não há total adequação dos clubes de futebol analisados.

Mesmo que, no ano analisado, as demonstrações contábeis tenham sido divulgadas por quase todos os clubes, a dificuldade encontrada ao registrar as informações requisitadas no balanço patrimonial, demonstração do resultado e notas explicativas fica evidenciada nesta pesquisa.

Rezende e Custódio (2012) avaliaram que os resultados evidenciavam um descaso dos clubes em relação ao estabelecido pelas autoridades contábeis. Concluíram, ainda, que os gestores desprezavam a adoção às práticas contábeis que priorizam transparência, comparabilidade e fidedignidade.

Segal, Prado e Silva (2015) constataram que, em relação as demonstrações contábeis de 2013, havia uma maior aderência dos clubes em relação ao estabelecido em norma, evidenciando uma benéfica mudança dos clubes analisados. Porém, concluem os autores, que as informações lá constantes ainda não eram claras o suficiente, dificultando a constatação de aderência ou não à ITG 2003.

3.2.1 Análise por Estado

Os clubes do Rio Grande do Sul, Internacional e Grêmio, foram dois dos três que melhor se adequaram à norma, em 2015. Encontram dificuldade, entretanto, em divulgar os itens minimamente exigidos nas notas explicativas e na completa divulgação dos gastos com formação de atletas. Percebe-se também que não houve, no momento da segregação das

receitas, custos, e despesas entre a atividade futebol e as demais, algum registro que indicasse outras atividades. Este item, portanto, não fez parte da análise.

Dos quatro clubes de São Paulo o Corinthians foi um dos que menos esteve adequado à norma no ano de 2015. Além de ser um dos únicos a não divulgar a DRA e nem informar motivos que o dispensasse do registro, o clube divulgou apenas uma das oito notas explicativas exigidas e analisadas nesta pesquisa. O Santos, por outro lado, foi o clube que obteve o resultado mais positivo no ano analisado, sendo o único clube, por exemplo, a divulgar todas as notas explicativas exigidas. Palmeiras e São Paulo estiveram na média dos demais clubes do país, encontrando dificuldade na divulgação das notas explicativas exigidas e, conseqüentemente, dos gastos com formação de atletas.

No Rio de Janeiro, dois dos quatro clubes obtiveram bons números. Flamengo e Fluminense atenderam a mais de 70% dos itens analisados, sendo que não houve concordância principalmente na correta segregação das receitas, custos, e despesas e no registro dos gastos com formação de atletas. Vasco e Botafogo, entretanto, não obtiveram o mesmo êxito. O primeiro obteve o pior índice: não divulgou DRA, não segregou os custos entre futebol e as demais atividades, e das notas explicativas exigidas divulgou apenas uma. Por fim, o Botafogo esteve também abaixo da média, segregando apenas as receitas entre o desporto futebol e as demais, e divulgando a receita publicidade e patrocínio em uma única conta contábil, quando a norma exige que sejam separadas.

Os dois clubes de Minas Gerais estiveram abaixo da média, obtendo apenas resultados mais expressivos que Corinthians e Vasco. Atlético e Cruzeiro encontraram dificuldade, principalmente, em divulgar as notas explicativas conforme a normativa estabelece.

3.2.2 Análise por Endividamento

Neste tópico a análise fará o confronto da adequação dos clubes à ITG 2003 em relação ao grau endividamento dos mesmos, verificando se os clubes mais endividados são os menos aderentes à norma. Cabe ressaltar que os doze clubes de maior receita e torcida também eram os mais endividados do país, em 2015.

Tabela 9 – Grau de endividamento dos clubes, em 2015

Clube		Endividamento 2015 (em reais mil)
1	Botafogo-RJ	730.615
2	Flamengo-RJ	579.332
3	Atlético-MG	496.525
4	Vasco-RJ	467.558
5	Fluminense-RJ	461.924
6	Corinthians-SP	452.673
7	Grêmio-RS	422.531
8	Santos-SP	409.920
9	Palmeiras-SP	409.747
10	São Paulo-SP	359.428
11	Cruzeiro-MG	289.959
12	Internacional-RS	280.984

Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se que não há semelhança entre as equipes mais endividadas e aquelas que menos aderiram a norma. Mesmo que o Botafogo, mais endividado no ano de 2015, tenha sido um dos que menos se adequou a ITG 2003 naquele ano, nas demais posições não há uma sequência que estabeleça similaridade entre as duas análises. Flamengo e Fluminense, que obtiveram bons números quanto a convergência à norma contábil, foram dois dos cinco clubes mais endividados em 2015. O Santos, equipe que melhor evidenciou suas demonstrações no ano analisado era, entretanto, o oitavo clube mais endividado naquele ano.

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Apresenta-se neste capítulo as considerações finais no que tange: ao problema da pesquisa, aos objetivos da pesquisa e, ainda, às recomendações para futuras pesquisas que abordem este tema.

4.1 QUANTO AO PROBLEMA DA PESQUISA

O resultado do estudo evidenciou a dificuldade de observância e adoção às práticas contábeis exigidas, pelos clubes de futebol analisados. Diante da numerosa quantidade de *stakeholders* neste negócio, a distância entre o registro dos clubes e o requisitado pela ITG 2003 despreza objetos como transparência e comparabilidade - prejudicando, afinal, a ação dos agentes envolvidos.

Os maiores clubes de futebol, objeto do estudo, apresentaram dificuldades, principalmente, na divulgação de eventos semelhantes, e mesmo com o esforço das autoridades contábeis, a atualização da norma em 2013 pela ITG 2003, não surtiu efeito nos demonstrativos do ano analisado.

4.2 QUANTO AOS OBJETIVOS DA PESQUISA

O papel preponderante que as notas explicativas assumem nas demonstrações contábeis é constatado, tendo em vista que na maioria dos registros analisados, fez-se necessário confrontar as informações lá detalhadas com o exposto na ITG 2003. A estruturação das notas explicativas, principalmente as minimamente exigidas, revelam a dificuldade das equipes em se adequar a resolução vigente.

Tanto nas notas explicativas que assessoram a demonstração do resultado, quanto naquelas que detalham os registros do intangível, verifica-se falta de adequação na evidenciação dos dados contábeis, seja pela omissão de registros importantes, ou na própria divulgação, dificultando a constatação de adequação ou não dos aspectos analisados.

A atualização da norma, portanto, não atingiu o objetivo de fazer com que os clubes assimilassem os novos padrões contábeis, pois os mesmos mantiveram os hábitos verificados

em pesquisas anteriores. Desta maneira, mantém-se também a dificuldade de investidores e demais usuários externos analisarem as demonstrações contábeis dos maiores clubes de futebol do país.

4.3 RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Para estudos futuros sugere-se analisar clubes das divisões inferiores do campeonato nacional, para que verifiquem se nos clubes de menor receita há o mesmo descompasso entre o divulgado e o exigido pela instrução técnica; e aprofundar a pesquisa a um dos itens analisados neste trabalho, como o tratamento dado ao gasto com formação de atletas, ou ainda aos direitos econômicos, explorando, então, apenas um dos itens exigidos nas notas explicativas.

REFERÊNCIAS

- BOTAFOGO FUTEBOL E REGATAS. **Balanco**. Disponível em:
<<http://www.botafogo.com.br/transparencia/balanco.php>>. Acesso em: 03 set. 2016
- Brasil. (1998). Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 25 de março de 1998. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9615consol.htm>. Acesso em: 22 out. 2017
- CLUBE ATLÉTICO MINEIRO. **Patrimônio**. Disponível em:
<<http://www.atletico.com.br/clube-atletico-mineiro/#patrimonio>>. Acesso em: 03 set. 2016
- CLUBE DE REGATAS FLAMENGO. **Transparência**. Disponível em:
<<http://www.flamengo.com.br/site/download/transparencia>>. Acesso em: 03 set. 2016
- CLUBE DE REGATAS VASCO DA GAMA. **Balanco Patrimonial**. Disponível em:
<<http://www.vasco.com.br/site/noticia/detalhe/12830/balanco-patrimonial-do-vasco-2015>>. Acesso em: 03 set. 2016
- CRUZEIRO ESPORTE CLUBE. **Balanco Patrimonial**. Disponível em:
<<http://www.cruzeiro.com.br/index.php?section=conteudo&id=2541>>. Acesso em: 03 set. 2016
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC nº 1.005, de 17 de setembro de 2004**. 2004. Aprova a NBC T 10.13 – Dos Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Desportivas Profissionais. Disponível em:
<http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001005>. Acesso em: 18 de set. 2016
- _____. **Resolução CFC nº 1.429, de 25 de janeiro de 2013**. 2013. Aprova a ITG 2003 – Entidade Desportiva Profissional. Disponível em:
<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1429.doc>. Acesso em: 17 de set. 2016
- _____. **TG 26 (R3) - Apresentação das demonstrações contábeis**. 2015. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/NBCTG26\(R3\)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/NBCTG26(R3))>. Acesso em: 02 nov. 2016
- DE SOUZA, Eliana das Dores. **Futebol: paixão, produto ou identidade cultural**. São Paulo: Universidade de São Paulo – Escola de Comunicações e Artes. 2013. Disponível em:
<<http://myrtus.uspnet.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/561-1590-1-PB.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2016
- DANIEL, Pedro. **8º Valor das marcas dos clubes brasileiros: finanças dos clubes**. 2015. BDO RCS. Disponível em:
<http://www.bdobrazil.com.br/pt/PDFs/Estudos_Zipados/Valor_das_Marcas_2015.pdf>. Acesso em: 22 de set. 2016
- FERNANDES, A.M.; ROKEMBACHE, R.; RICARTE, J.G. **ITG 2003: a contabilidade das entidades desportivas**. p. 40. 2015.
- FLUMINENSE FOOTBALL CLUB. **Balancos e Orçamentos**. Disponível em:
<<http://www.fluminense.com.br/balancos-orcamentos?page=2>>. Acesso em: 03 set. 2016

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo, Atlas, 2006.

GRÊMIO FOOT-BALL PORTO ALEGRENSE. **Governança**. Disponível em:
<<http://www.gremio.net/governanca/>>. Acesso em: 03 set. 2016

PACHECO, V.; ALMEIDA, L.B.; TEDESCO, O.A.; DA SILVA, P.Y.C.; OLIVEIRA, A.J. O Custo de Formação de Atletas no Futebol Brasileiro e a Mensuração do Ativo Intangível: Um Estudo de Caso no Coritiba Foot Ball Club. **XX Congresso Brasileiro de Custos** – Uberlândia, MG. 2013. Disponível em
<<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/156/156>>. Acesso em: 20 out. 2016.

REZENDE, A. J.; CUSTÓDIO, R.S. Uma Análise da Evidenciação dos Direitos Federativos nas Demonstrações Contábeis dos Clubes de Futebol Brasileiros. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. 2012. Disponível em:
<<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/235/622>>. Acesso em: 30 set. 2016

SÃO PAULO FUTEBOL CLUBE. **Balanco**. Disponível em: <<http://www.saopaulofc.net/o-clube/balanco/>>. Acesso em: 03 set. 2016

SANTOS FUTEBOL CLUBE. **Balancos Patrimoniais**. Disponível em:
<<http://www.santosfc.com.br/balancos-patrimoniais/>>. Acesso em: 03 set. 2016

SEGAL, E. A.; PRADO, T. A. R.; SILVA, M. A. NBC ITG 2003 – Um Estudo Sobre a Evidenciação de Informações Relacionadas a Atletas nas Demonstrações Contábeis de Clubes de Futebol Brasileiros no Ano de 2013. **I Congresso UFU de Contabilidade**. 2015. Disponível em: <http://www.cont.facic.ufu.br/sites/cont.facic.ufu.br/files/3-3146-3147_nbct_itg_2003.pdf>. Acesso em: 22 out. 2017.

SILVA, A. F.; CARVALHO, F. A. A. Evidenciação e Desempenho em Organizações Desportivas: Um Estudo Empírico sobre Clubes de Futebol. **Revista de Contabilidade e Organizações**. 2009. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34743/37481>>. Acesso em: 22 out. 2017

SILVA, C. A. T.; TEIXEIRA, H. M.; NIYAMA, J. K. Evidenciação Contábil em Entidades Desportivas: Uma Análise dos Clubes de Futebol Brasileiros. **Congresso USP – FIECAFI**. 2009. Disponível em: <<http://www.congressosp.fiecafi.org/anais/artigos92009/305.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2017

SOCIEDADE ESPORTIVA PALMEIRAS. **Balanco**. Disponível em:
<<http://www.palmeiras.com.br/clube/balanco>>. Acesso em: 03 set. 2016

SOUZA, A.G.; DA SILVA, A.B.; SOUSA, W.D.; NASCIMENTO, J.C.H.B; BERNARDES, J.R. Disclosure nas Demonstrações Financeiras: Um Estudo Sobre o Nível de Evidenciação Contábil dos Clubes de Futebol da Série “A” do Campeonato Brasileiro de 2013 à Luz da Resolução CFC Nº 1.429/2013. 2015. **Congresso USP - FIECAFI**. Disponível em:
<<http://www.congressosp.fiecafi.org/web/artigos152015/361.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2016

SPORT CLUB CORINTHIANS PAULISTA. **Transparência**. Disponível em:
<<http://www.corinthians.com.br/clube/transparencia>>. Acesso em: 03 set. 2016

SPORT CLUB INTERNACIONAL. **Transparência.** Disponível em:
<<http://transparencia.internacional.com.br/category/2#>>. Acesso em: 03 set. 2016